



## Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de  
Justiça  
para os devidos fins.

Em 15/02/16

Conceição de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado GUSTAVO NUNES

para relatar.

Em 15/02/16

[Assinatura]  
Presidente Comissão de Constituição  
e Justiça

PROCESSO AL Nº 8784/2016  
MENSAGEM Nº 004/ GG  
AUTOR: GOVERNO DO ESTADO.  
RELATOR: DEPUTADO GUSTAVO NEIVA

Parecer acerca da Mensagem nº 04 que versa sobre o veto ao Projeto de Lei que Altera a Lei Complementar nº 107, de 12 de junho de 2008.

#### Do relatório

Nos termos regimentais, veio a este relator Mensagem de veto ao Projeto de Lei que altera a Lei Complementar nº 107, de 12 de junho de 2008, no que se passa a relatar.

O Governo do Estado vota parcialmente o Projeto de Lei supra indicado

Alega nas razões de veto, o autor.

O Projeto de Lei encaminhado pelo Poder Executivo Estadual continha alterações no art. 1º, § 1º, II e § 3º, da Lei Complementar nº 107 de junho de 2008, com o fim de excluir o adicional de insalubridade do rol das verbas remuneratórias absorvidas pelo subsídio dos Escrivães de Polícia, Agentes de Polícia, Peritos Médico-legais, Peritos Odonto-legais, Peritos Criminais, Peritos Papiloscopistas, Policiais e Agentes Penitenciários ativos e inativos, bem como os pensionistas.

Na forma da proposição apresentada, diz a mensagem de veto, promove-se, ainda que implicitamente, a revogação parcial do art. 3º II, da Lei Complementar nº 107/2008, cujo teor veda a aplicação do art. 43 (referente à gratificação por curso de aperfeiçoamento), do art. 46 inciso I (referente ao adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas e penosas) e inciso II (também referente à gratificação por curso de aperfeiçoamento) e do art. 47 (referente ao adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas e penosas), da Lei Complementar nº 37/2004.

Assim, implicitamente estavam revogadas as vedações à aplicação do adicional pelo exercício de atividades insalubres às categorias beneficiadas pelo Projeto de Lei apresentado ao Executivo.

Contudo, diz a mensagem, com a intenção de tornar explícita esta parcial revogação, foi apresentada emenda parlamentar aditiva alterando a redação do art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 107/2008, constante do art. 2º do Projeto, provocando, ainda que não intencionalmente, uma incoerência normativa, que pode levar a dificuldade de aplicação da Lei.

Com efeito, a citada emenda restringiu-se a vedar a aplicação do art. 43 e 46, II, da LC 37/2004, que trata da gratificação por curso de aperfeiçoamento e do adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas e penosas) aos Peritos Médico-legais, Peritos Odonto-legais, Peritos Criminais, Peritos Papiloscopistas Policiais.

Todavia, revogou vedação à aplicação do art. 46, II, da LC 37/2004, que trata da gratificação para o curso de aperfeiçoamento, gerando, com isto, uma antinomia normativa, ao vedar, por um lado, a sua percepção (com a vedação de aplicação do art. 43), por outro, permitir a sua percepção aos Peritos (ao permitir a aplicação do art. 46, II).

Ao assim fazer, e embora bem intencionada, emenda suscitou interpretação que contraria a ideia contida da proposição inicial e provocou uma antinomia legal, o que será superado com o envio do Projeto de Lei tornando explícita a possibilidade de percepção do adicional de insalubridade e a vedação das demais vantagens absorvidas pelo regime de subsídio.

É o relatório.

#### Da fundamentação

À Comissão de Constituição e Justiça cabe a análise da constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e boa técnica legislativa, no que se passa discorrer.

No que tange ao veto, sabe-se que o veto pode ser jurídico ou político, este se a proposição for contrária ao interesse público, aquele se houver inconstitucionalidade.

Nos termos do Art. 78, §1º da Constituição do Estado, entende-se:

O Governador, se considerar o projeto, no todo ou em parte inconstitucional ou contrário ao interesse público, deverá vetá-lo total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data de recebimento e comunicará, dentro do prazo de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto.

Assim, dentro da sua competência de poder vetar a proposição indicada, o Governador do Estado usou de sua prerrogativa e atribuições, usando, destarte o veto político, o que se coaduna com a constitucionalidade formal em apresentar referido veto.

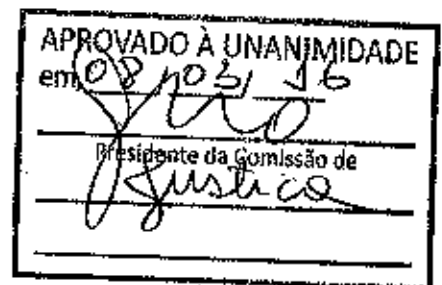
**Do voto do relator:**

Diante do exposto, em especial, por respeitar a competência para propor a proposição – constitucionalidade formal- qual seja a competência do Governador para vetar proposições, esta relatoria opina pelo voto favorável ao normal trâmite da proposição em comento.

**Do voto da Comissão.**

A Comissão de Constituição e Justiça, pela subscrição da assinatura de seus membros, decide:.

- ( ) - PELA APROVAÇÃO POR UNANIMIDADE
- ( ) - PELA REJEIÇÃO POR UNANIMIDADE
- ( ) - PELA APROVAÇÃO POR MAIORIA
- ( ) - PELA REJEIÇÃO POR MAIORIA
- ( ) - PELA APROVAÇÃO POR DESEMPATE
- ( ) - PELA REJEIÇÃO POR DESEMPATE



Salas de reunião da CCJ, Teresina-PI, 07 de março de 2016.

Dep. Gustavo Neiva  
Relator

Several handwritten signatures in black ink. One signature is clearly legible as "Gustavo Neiva". To its right is a large, circular signature. Further right is another signature that appears to be "J. A. A.". On the far right, there is a signature that looks like "J. A. A." with a large "X" over it.